

CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PESQUISA-INTERVENÇÃO NA REDE DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA



Etiane Pereira Moreira

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC - Brasil

Edí Lurdes Muller

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC - Brasil

Lilian Rodrigues da Cruz

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC - Brasil



Resumo

O Sistema Único de Assistência Social estabelece dois níveis de proteção social: básica e especializada. A proteção social especializada é desenvolvida nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). O interesse sobre a articulação do CREAS de Santa Cruz do Sul (RS) com a Rede de Proteção à Infância e Adolescência e Adolescência partiu de inquietações emergidas a partir da realização do estágio Integrado em Psicologia, uma vez que sinais de desconhecimento em relação à função do CREAS não se restringia à comunidade, mas aos próprios funcionários do serviço. O objetivo da pesquisa-intervenção foi investigar a compreensão que a Rede de Proteção à Infância e Adolescência e Adolescência tem sobre o CREAS, visando ampliar a visibilidade do serviço. Foram realizadas entrevistas nas entidades que compõe a Rede de Proteção à Infância e Adolescência e Adolescência. Para análise utilizou-se a Análise de Conteúdo, conforme Bardin. O resultado aponta discrepâncias significativas no que se refere ao conhecimento do CREAS. O encontro de restituição foi instrumento potente na articulação entre os serviços, fomentando o diálogo e o trabalho em rede.

Palavras-chave: Centro de Referência Especializado da Assistência Social. Rede de Proteção à Infância e Adolescência. Políticas Públicas.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 colocou a assistência social, ao lado da saúde e da previdência social, como política integrante do sistema brasileiro de seguridade social. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a assistência social foi ordenada política pública garantidora de direitos da cidadania.

Em 2004, a partir das deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social, foi elaborado o Plano Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). O PNAS indica os eixos estruturantes para a sua operacionalização: concepção, territorialidade, financiamento, controle social, monitoramento e avaliação e recursos humanos. Esse processo culmina com a aprovação da regulação, em 2005, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que estabelece em suas diretrizes a descentralização político-administrativa, o atendimento a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social e a participação da comunidade. O SUAS se propõe como instrumento para a unificação das ações da Assistência Social, a nível nacional, materializando as diretrizes da LOAS. Em especial, ratifica o caráter de política pública de garantia de direitos contrapondo-se e destituindo o histórico assistencialismo do “primeiro-damismo”. Este novo modelo de gestão da política da Assistência Social prioriza a família como foco de atenção e o território como base da organização de ações e serviços em dois níveis de atenção (CRUZ; SCARPARO; DUQUE-ESTRADA; GUARESCHI, 2007).

Para Sposati (2006), o SUAS não é um programa, mas uma forma de gestão da assistência social como política pública, inscreve-se como uma das formas de proteção social não contributiva, como responsabilidade de Estado a ser exercida pelos três entes federativos que compõem o poder público brasileiro. O SUAS provoca, assim, uma ruptura com a concepção da assistência social identificada com a benevolência aos pobres e destituídos de cidadania. Essa concepção, que permeou praticamente todo o século passado, delegou à Igreja o papel de prestar assistência aos necessitados sob a ótica da caridade e da benemerência, propiciando, ainda, a criação de entidades filantrópicas para atender as demandas sociais, como concessão e não um direito.

O SUAS inova ao definir níveis diferenciados de complexidade na organização dos equipamentos públicos de proteção social. A Proteção Social Básica, desenvolvido nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), objetiva prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, com precário acesso aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos. Já a Proteção Social Especial, desenvolvido nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), é a modalidade de atendimento destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, cumprimento de medidas socioeducativas,

situação de trabalho infantil, dentre outras. As dificuldades em exercer funções de proteção fragilizam a identidade do grupo familiar, tornando mais vulneráveis seus vínculos simbólicos e afetivos.

Apesar da divisão entre proteção social básica e especial (e entre CRAS e CREAS), a articulação entre estas duas instâncias é o que pode garantir a eficácia do atendimento. Importante assinalar também que o psicólogo está previsto nas equipes de CRAS e CREAS, constituindo-se como um novo território de atuação.

Considerando que foco desta pesquisa é o CREAS, cabe explicitar que este Centro constitui-se numa unidade pública estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com seus direitos violados, promovendo a integração de esforços, recursos e meios para enfrentar a dispersão dos serviços, e potencializar a ação para os seus usuários, envolvendo um conjunto de profissionais e processos de trabalhos que devem ofertar apoio e acompanhamento individualizado especializado (GUIA-CREAS, 2005).

No município de Santa Cruz do Sul (cidade de médio porte do estado do Rio Grande do Sul), o CREAS foi implantado em 2008, inicialmente prestando atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes, através dos programas Sentinela, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Programa de Atendimento de Medidas Socioeducativas em meio aberto (PAMSEMA). A partir de agosto de 2010, o serviço foi ampliado com a contratação de seis profissionais pelo Programa RS Sócio-Educativoⁱ, dessa forma o CREAS pode atender as premissas estabelecidas na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciaisⁱⁱ para Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, abarcando assim os seguintes serviços: (1) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); (2) Serviço Especializado em Abordagem Social (cujo objetivo é identificar a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outros); (3) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); (4) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; (5) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

A partir desta contextualização inicial, pontua-se que este artigo é fruto da pesquisa-intervenção desenvolvida no CREAS de Santa Cruz do Sul, caracterizando uma das atividades do estágio Integrado em Psicologia do Curso de Psicologia da Universidade de

Santa Cruz do Sul (UNISC). A inserção no referido campo de estágio ocorreu em 2010, onde se observou a falta de conhecimento sobre o referido serviço por parte da comunidade, bem como por alguns técnicos da própria equipe, que pareciam não ter clareza dos objetivos do CREAS. Além disso, percebeu-se a falta de diálogo com os demais órgãos da Rede de Proteção à Infância e Adolescência e adolescência, o que acarretava em ações isoladas e descontextualizadas. Assim, considerou-se relevante investigar a visibilidade do CREAS no município, bem como a articulação do serviço com os demais órgãos da Rede de Proteção Social à Infância e Adolescência.

Nesse sentido, interroga-se o conhecimento que a Rede de Proteção à Infância e Adolescência e Adolescência tem do CREAS e como se dá a articulação entre os diversos serviços que compõem a Rede. Objetiva-se também ampliar a visibilidade do CREAS e potencializar a articulação entre os equipamentos que compõem a Rede de Proteção Social.

Metodologia

Para Passos e Barros (2000), a pesquisa-intervenção pressupõe conhecer o campo de investigação, constituindo-se em uma prática que acompanha a aplicação do pesquisador. Visa interrogar os diversos sentidos cristalizados nas instituições e que atravessam a vida cotidiana, a fim de produzir evidências que visibilizem o jogo de interesses e de poder, desmanchando os territórios constituídos e convocando a criação de outras instituições. Além disso, possibilita uma maior interferência do pesquisador no campo pesquisado, e considera a capacidade inventiva de todos os sujeitos envolvidos na pesquisa como ferramenta de trabalho.

Para tal, como ancoragem teórica e metodológica, utilizamos-nos da Análise Institucional como forma de compreender e intervir nos grupos e organizações, buscando “decifrar” as relações destes com as instituições, consolidando uma forma de intervenção que visa transformar as instituições, provocando-as e revelando sua estrutura (GUIRADO, 1996). A Análise Institucional possibilita olhar as implicações e referências institucionais, permitindo analisar o lugar que o pesquisador ocupa nas relações sociais, no cotidiano e enquanto profissional.

O contexto da pesquisa abarcou a Rede de Proteção Social à Infância e Adolescência do município de Santa Cruz do Sul (RS). Foram convidados a participar da investigação todos os serviços que compõem a rede de atendimento à infância e adolescência, incluindo o próprio

CREAS, a saber: Conselho Tutelar, Promotoria da Infância e Juventude, Juizado da Infância e Juventude, Centro Regional da Assistência Social (CRAS), dois abrigos (municipal e uma ONG), Centro de Atenção Psicossocial para crianças e adolescentes (CAPSIA), três escolas da rede municipal de ensino e o próprio CREAS.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi a entrevista individual semi-estrutura com roteiro tópico, sendo que o entrevistado foi o representante legal (ou profissional indicado por este) de cada serviço acima citado. A entrevista investigou: (1) a compreensão sobre o Sistema Único da Assistência Social; (2) o entendimento sobre rede de proteção social à infância e adolescência; (3) o conhecimento sobre o CREAS, bem como a respeito de sua abrangência e formas de encaminhamento para aquele serviço; (4) a articulação de cada serviço com os demais equipamentos que compõe a Rede de Proteção à Infância e Adolescência e adolescência, bem como com o próprio CREAS; (5) narrativas de situações cotidianas no que tange à articulação da rede de proteção social à infância e adolescência.

As entrevistas foram realizadas pelas duas primeiras autoras em cada um dos locais mencionados. A duração foi variada, de 30 minutos a uma hora. Foram gravadas em mp3 e, posteriormente, transcritas pelas pesquisadoras.

Para a análise e discussão das informações coletadas, utilizou-se Análise de Conteúdo, conforme Bardin (1997). A técnica de análise do conteúdo compreende um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visa obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens. Esta técnica envolve a categorização de tópicos relevantes para as questões pesquisadas, incluindo o discurso e outras formas de comportamento não-verbal do entrevistado. Busca-se, assim, estabelecer articulações entre as informações e os referenciais teóricos, respondendo as questões da pesquisa com base nos objetivos.

Outra ferramenta utilizada foi encontro de restituição com todos os entrevistados, sendo este um procedimento intrínseco ao ato de pesquisar, pois é um dispositivo que permite à “população pesquisada escapar do lugar instituído de objeto, e, ao pesquisador, sair da posição de neutralidade instituída como científica” (COIMBRA; AYRES; NASCIMENTO et al., 2008, p. 25). Permite também, colocar em análise as implicações e sobreimplicações dos participantes da investigação, desnaturalizando o lugar do psicólogo especialista e marcando a indissociabilidade do caráter político de todas as práticas sociais (COIMBRA; NASCIMENTO, 2007). Neste sentido, a pesquisa pôde fomentar a articulação de coletivos.

Análise e Discussão dos Dados

A seguir são apresentados os tópicos mais relevantes observados durante o processo de categorização das entrevistas realizadas com os representantes dos serviços da Rede de Proteção, bem como informações relevantes que surgiram na realização do encontro de restituição.

Conhecimento sobre o SUAS e o CREAS

Como política, a Assistência Social encontra-se em processo de aperfeiçoamento e implantação, o que explicaria o desconhecimento existente entre os serviços que compõem a Rede de Proteção à Infância e Adolescência. Destaca-se, pois, uma discrepância entre o conhecimento profundo, o desconhecimento total e noções do que venha a ser o SUAS e o CREAS. Assim, expressões como “nunca ouvi falar”, contrapõe-se a “*foi uma das maiores evoluções da Política de Assistência Social*”, quando referida ao SUAS. Em relação ao CREAS, surgiram falas como: “*tudo, tudo a gente não sabe aqui*” e noções como “*o CREAS é quando já tem uma situação de violação de direitos*”.

Destaca-se também, explicações bem elaboradas que comprovam um conhecimento profundo sobre o SUAS:

É uma rede de serviço que foi transmitida para, que foi da LOAS, para o município desenvolver mediante recursos que vem da União por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Nacional, mas tudo depende do encaminhamento de projetos municipais que cada município tenha a sua realidade e como tal tem que contemplar as suas próprias prioridades. Então, é uma rede de serviços que deve ser sentido município - União, e não o inverso (...).

Também sobre as demandas de atendimento do CREAS:

Nós temos aqui no município já instalado o atendimento de média complexidade. Cumprimento de Medidas sócio-educativas, quando o adolescente comete ato infracional, nós temos o antigo programa Sentinela, que é o atendimento para vítimas de abuso sexual, nós temos o atendimento para vítimas de violência doméstica.

Frente a essas observações, percebe-se que para a consolidação do SUAS e sua respectiva estruturação ainda é necessário um avanço no pacto estabelecido entre gestores, técnicos, trabalhadores, conselheiros e usuários dos serviços, requerendo nova leitura e organização das ações, definindo processos e fluxos, considerando o sistema como um todo, configuração pública permanente, não transitória, que não pode estar sujeita a alterações substantivas a cada mudança de governo. O SUAS demanda “organicidade interna, articulações com outras políticas públicas, exige marcos regulatórios e investimentos

financeiros, materiais, humanos e de manutenção, continuados e previsíveis” (BRASIL, 2008a, p. 22).

A Rede de Proteção e a Articulação entre seus Equipamentos

A complexidade das necessidades e dos problemas trazidos pela situação de pobreza e desigualdade social da população e pelas disparidades regionais e locais de estados e municípios impõe à assistência social abrangência nas respostas às questões identificadas, colocando-se na dependência da integração não só dos serviços socioassistenciais, mas do conjunto de serviços e programas das várias políticas específicas, quer no âmbito municipal ou estadual, superando o tradicional confinamento das atenções, que recorta os programas sociais em áreas estanques e, conseqüentemente, pouco efetivas (BRASIL, 2008b).

Percebe-se certo descaso perante o sofrimento do usuário, que por falta de definição de fluxo da rede ou por falta de clareza com relação aos papéis que cada equipamento desempenha, acaba sendo encaminhado para vários serviços da rede, sem que sua demanda seja de fato escutada e atendida. Nesta perspectiva, fica evidente também o precário planejamento político no que se refere aos reassentamentos, onde centenas de famílias carecem de um suporte da rede, ficando extremamente vulneráveis, principalmente as crianças e os adolescentes. *“Da forma como está sendo feito, isso aí não é reinserção social! Tirar de uma situação de risco e atirar em outra vila? Isso aí não é projeto! Primeiro precisa ter condições”*.

Planejamento, monitoramento e avaliação não são apenas procedimentos técnicos, mas mecanismos fundamentais para a direção política de enfrentamento das desigualdades sociais e busca de igualdade e equidade.

Conforme prevê o SUAS, é preciso construir uma cultura intersetorial e de articulação das ações que envolvam planejamento e execução de programas e serviços, potencializando resultados e respondendo a totalidade das demandas sociais. A construção da rede depende do compartilhamento de intencionalidades, objetivos e valores. A adesão a uma rede só nasce em função de fatores que consigam reunir em torno de si as expectativas, necessidades e demandas de cada um dos diferentes participantes.

Na pesquisa ficou evidente a precariedade da comunicação entre os diversos setores que a compõe, além de relações de gestão verticalizadas e que se propagam.

A rede está sujeita ao movimento de entropia, que é uma força contrária que leva os componentes a se acomodarem ou a regredirem. Então, trabalhar com o sistema, é

saber que ele está sujeito a entropia. Tu vais animar para pressionar no sentido horário e em determinado momento a entropia vem e faz com que ele ande em sentido anti-horário. É normal isso. É a teoria da complexidade. E é por isso que temos que trabalhar com a idéia de saúde mental daqueles que trabalham com a saúde mental dos outros.

Importante ressaltar que o Capacita SUASⁱⁱⁱ (BRASIL, 2008a) aponta para a necessária articulação da rede, bem como um sistema de comunicação horizontal que agregue parceiros e interlocutores estratégicos, gradativamente em torno de identificações e pautas comuns. Um sistema bem articulado e organizado de comunicação com canais formais e contínuos será sempre fundamental na realimentação das relações, na revitalização dos compromissos, sendo base para a capacidade de auto-regulação exigida.

Atribuições de cada Serviço na Rede de Proteção à Infância e Adolescência

A necessidade de construir a identidade dos trabalhadores da assistência social permite pensar o lugar de cada serviço na Rede de Proteção Social e qual o conhecimento que os serviços têm sobre os outros serviços que compõem essa rede. Na fala a seguir percebe-se a necessidade de definição de papéis, onde *“para conseguir funcionar como rede, todos têm que ter seus papéis muito bem entendidos (...) cada um tem que saber o seu papel e saber o papel do outro também”*.

O Centro de Referência em Políticas Públicas (CREPOP, 2007), setor do Conselho Federal de Psicologia, coloca como fundamental a potencialização das equipes e dos serviços através de atividades de reflexão sobre as práticas em grupos, fortalecendo os laços sociais, pois a troca de experiências e a interlocução entre pares possibilitam a promoção do entendimento, buscando alternativas e soluções, acompanhando o trabalho desenvolvido pelos colegas e discutindo os obstáculos enfrentados no intuito de construir um espaço de aprendizado.

Porém, para se construir esses espaços coletivos que produzam o entendimento sobre os papéis dos diferentes serviços da rede, é necessário que o serviço conheça, primeiramente, o seu papel: *“enquanto profissional, muitas vezes, a gente fica muito no fazer profissional e não dá muita importância da missão da sua natureza. Pra que eu existo? Pra que esse serviço existe? Qual o objetivo, qual sua meta, qual é o seu impacto?”*.

Perfil Profissional

(...) o perfil é fundamental em qualquer instituição, em qualquer setor, em qualquer projeto, em qualquer órgão (...) tem que gostar do que faz e não trabalhar só com palavras (Entrevistado)

Dentre os serviços que compõem a rede de proteção social investigada, grande parte de suas equipes são multiprofissionais, numa atuação conjunta de psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, educadores, advogados, entre outros. Evidencia-se, entretanto, que a maioria dos diferentes profissionais ainda não desenvolveu referências de pertencimento a partir das quais pudessem se identificar enquanto trabalhadores da assistência social. Explica-se a falta de identidade do trabalhador da assistência social em função de ser um campo muito novo ainda, principalmente se considerarmos o SUAS como marco da política pública de assistência social.

Por outro lado, também é de se refletir sobre o perfil profissional daquele que trabalha com sujeitos e famílias cujos direitos foram violados, bem como com famílias em situação de vulnerabilidade social. O desafio é agregar trabalhadores identificados com a proposta da Política Nacional de Assistência Social, que acreditem no sistema de garantia de direitos sociais.

Vê-se necessária, então, a tomada de consciência de que não se opera a política sem quadros profissionais estáveis e qualificados para o exercício de suas funções. Processos continuados de formação e qualificação profissional são elementos estruturantes inseridos no SUAS, bem como a ampliação do número de trabalhadores é condição essencial para o bom funcionamento dos serviços. Assim, quanto mais qualificados estiverem os servidores públicos, “menos sujeitos a manipulação e mais preparados para enfrentar os jogos de pressão política e de cooptação nos espaços institucionais estarão”, conferindo assim, maior qualidade ao trabalho realizado (BRASIL, 2008a, p. 34).

Neste sentido, a pesquisa revela descontentamento de muitos profissionais, uma vez que são contratados pelo terceiro setor, sofrem pressão política e, frequentemente, são trocados de equipe.

Considerações Finais

Frente aos objetivos iniciais que nortearam a realização desta pesquisa-intervenção, é possível afirmar que os objetivos foram alcançados. A intervenção nos diferentes equipamentos da Rede de Proteção à Infância e Adolescência pode ampliar a visibilidade do CREAS e, desta forma, também instigar os entrevistados a refletir sobre as ações de cada serviço em específico e na Rede como um todo. O próprio encontro de restituição auxiliou na

articulação entre os equipamentos, no qual o diálogo pareceu fluir e algumas combinações foram feitas. Por outro lado, o sentimento de impotência frente à precariedade da Rede e o sofrimento psíquico de alguns profissionais ficou evidente. Adoecimento este, que pode ser o sinalizador de que algumas coisas não andam funcionando bem, e que, por isso, causam grande sofrimento a este sujeito que fica “prensado” entre a demanda do usuário e a rede pública, que não dá o suporte a que ele tem direito.

Conforme Nardi, Tittoni e Bernardes (1997), o campo da subjetividade e trabalho constrói-se no tensionamento entre dicotomias indivíduo-coletivo e objetivo-subjetivo, buscando ampliar análises sociais que enfatizam as determinações sociais e históricas para a dimensão da cultura e da ética, por exemplo. Os autores partem do princípio de que o modo de organização do trabalho pode interferir no funcionamento psíquico. Por exemplo, a divisão de tarefas e o modo operatório trazem desinteresse às pessoas. O sofrimento implica um estado de luta do sujeito contra as forças que o empurram em direção à doença mental.

Criar um espaço para que o trabalhador desse campo possa falar sobre seus conflitos, suas limitações, suas ansiedades, seus desejos, bem como co-analisar sua atividade, seria pensar na promoção de saúde mental deste sujeito.

Com a promulgação do SUAS promoveu-se profundas mudanças na Assistência Social. Processos de mudança geram resistência e consistem em verdadeiros desafios para gestores e demais trabalhadores da rede pública. A comunicação, neste processo, tem importância fundamental para que a rede de proteção se estabeleça de fato e para que, desta forma, suas ações sejam eficazes. Comunicação (comum + ação) remete-nos a pensar em ações planejadas e efetivadas em conjunto. É compartilhar informações e responsabilidades tendo como foco principal o bem estar do cidadão, e neste caso, em especial a proteção da criança e do adolescente.

Articular a rede é uma construção coletiva que decorre de relacionamentos, negociações, compatibilização de interesses, pactos, movimentos de adesão e interação. A Assistência Social, como política setorial, tem inicialmente um campo próprio de integração entre seus serviços, programas e benefícios, a serem articulados e racionalizados visando à superação da tradicional fragmentação e pulverização.

O SUAS prevê que cabe aos gestores públicos assumir a perspectiva de fortalecimento das relações de sinergia entre os integrantes da rede, valorizando cada um a partir dos papéis que desempenham, imprimindo direção política sem necessariamente se colocar em posição hierárquica de mando (BRASIL, 2008b).

As políticas sociais, e principalmente a assistência social, atuam num contexto permanente de tensão entre tendências e forças que ora se opõem, ora se reforçam. Se o objetivo, de fato, é a transformação da realidade de pobreza e exclusão social, há que se identificar estas forças em jogo e combiná-las no planejamento das intervenções, desfazendo focos de resistência e oposição (BRASIL, 2008b).

Na Rede de Proteção à Infância e Adolescência de Santa Cruz do Sul, urge estranhar os repetidos e cristalizados encaminhamentos... Onde e como estão as famílias que vinham sendo atendidas? Onde estão os adolescentes que cumpriram medida socioeducativa no CREAS? Como tem se dado a referência e contra-referência entre os equipamentos? Enfim, como está ocorrendo a intersetorialidade? É preciso abrir espaços polêmicos...

Finalizamos com as pertinentes palavras de Marisa Rocha e Anna Uziel.

(...) quando as turbulências cotidianas ficam retidas no plano das denúncias e/ou dos lamentos, sem desdobramentos de dimensão micropolítica, das estratégias de interferência, as práticas ainda agenciam o mesmo. Na dimensão micropolítica a análise é intervenção coletiva que faz girar o olhar indagador para as práticas de si, para as implicações das normativas-em-nós, modos como as hegemonias ganham corpo nos nossos hábitos (ROCHA; UZIEL, 2008, p. 533).

**SPECIALIZED REFERENCE CENTER OF SOCIAL ASSISTANCE:
INTERVENTION-RESEARCH IN THE CHAIN OF PROTECTION FOR
CHILDHOOD**

Abstract

The Social Assistance System establishes two levels of social protection: Basic and specialized. The specialized social protection is developed in the Specialized Reference Centers of Social Assistance (CREAS). The interest about the articulation between CREAS in Santa Cruz do Sul and the Protection Network for Childhood arises from the anxieties emerged during the Integrated Practice in Psychology, considering that signs concerned the lack of knowledge about the function of CREAS, not only regarding the community, but its own personnel. The objective of the intervention research was to investigate the comprehension that the Protection Network for Childhood personnel has about CREAS, with the purpose to enlarge the visibility of that service. Interviews with the personnel of the entities composing the Protection Network for Childhood were performed. The method for examining the interviews was contents analysis, according to Bardin. The result points out to meaningful discrepancies in what refers to the knowledge about CREAS. A feedback meeting was an important instrument for the articulation among the services, improving the dialogue and work in the Protection Network for Children.

Keywords: Specialized Reference Center of Social Assistance; Protection Network for Childhood; Public Policies.

Referências

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Capacita SUAS. Volume 1 *SUAS: Configurando os Eixos de Mudança*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP, Brasília: MDS, 2008a.

BRASIL. Capacita SUAS. *Desafios da Gestão do SUAS nos Municípios e Estados*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da PUC-SP. Brasília: MDS, 2008b. v. 2.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; AYRES, Lygia Santa Maria; NASCIMENTO, Maria Lívia do, *et al.* Construindo uma psicologia no judiciário. In: ____ (Org.). *PIVETES: Encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá, 2008, p. 25-38.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Lívia do. Sobreimplicação: práticas de esvaziamento político? In: ARANTES, Esther Maria M.; NASCIMENTO, Maria Lívia do; FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). *Práticas PSI inventando a vida*. Niterói/RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2007, p. 27-38.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Diário Oficial da União, 25 nov., 2009.

CRUZ, Lílian Rodrigues da; SCARPARO, Helena; DUQUE-ESTRADA, Maria de Lourdes; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. La trayectoria de la Asistencia Social en Brasil: atención a la familia y el lugar de la Psicología. *Diversitás: Perspectivas em Psicología* (Bogotá), v. 3, n.2, p. 263-273, 2007.

GUIA-CREAS. *CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CREAS* (Guia de Orientação nº 1). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome Brasília, 2005.

GUIRADO, Marlene. *Psicologia Institucional*. São Paulo: EPU, 1996.

NARDI, Henrique; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 240-246.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 71-79, 2000.

ROCHA, Marisa Lopes da; UZIEL, Anna Paula. Pesquisa-intervenção e novas análises no encontro da Psicologia com as instituições de formação. In: CASTRO, Lucia Rabello de;

BESSET, Vera Lopes (Org.). *Pesquisa Intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Trarepa/FAPERJ, 2008, p. 532-556.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano 26, n. 87, p. 96-122, set. 2006.

Sobre os Autores:

Etiane Pereira Moreira, acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista BIC-Fapergs. Endereço eletrônico: eti.ane@hotmail.com;

Edí Lurdes Müller, Graduada em Letras – português/inglês. Especializada em Estudos Avançados de Língua Inglesa. Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Endereço eletrônico: edi3553@yahoo.com.br;

Lilian Rodrigues da Cruz, Psicóloga, doutora em Psicologia (PUCRS), docente do departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Bolsista de Pós-Doutorado Junior CNPq. Endereço eletrônico: lilian@unisc.br

ⁱ O Programa RS Sócio-Educativo foi instituído através do Projeto de Lei nº 295/2008 com a finalidade de auxiliar na inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto.

ⁱⁱ A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS através da Resolução nº 9/2009 considerando a deliberação da VI Conferência Nacional de Assistência Social de tipificar e consolidar a classificação nacional dos serviços socioassistenciais (CNAS, 2009).

ⁱⁱⁱ O Capacita SUAS é uma coleção de cartilhas publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social com o intuito de implementar ações de capacitação que garantam a sustentabilidade do SUAS e a materialização da assistência social como política pública no campo dos direitos sociais (BRASIL, 2008a).